

Os desafios da sustentabilidade como vetor do desenvolvimento humano brasileiro

NOTA CONCEITUAL

5º Diálogo Nacional para o Desenvolvimento:

Os desafios da sustentabilidade como vetor do desenvolvimento humano brasileiro

Brasília (DF), 30 de junho de 2026

A **série Diálogos Nacionais para o Desenvolvimento** constitui iniciativa conjunta do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** e do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, desenvolvida no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional, cujo objetivo é oferecer subsídios para as políticas públicas do país por meio da difusão do conhecimento gerado pelo Censo Demográfico de 2022.

A iniciativa propõe a criação de espaços estruturados de diálogo voltados à articulação entre conhecimento técnico, evidências empíricas e experiências institucionais, reunindo especialistas e organizações atuantes em diferentes áreas. Busca-se, com isso, contribuir para a construção de agendas nacionais de políticas públicas e de investimentos que sejam responsivas à complexidade dos desafios contemporâneos do desenvolvimento brasileiro.

O **5º Diálogo Nacional para o Desenvolvimento**, realizado em parceria com a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), tem como foco central a relação entre a promoção do Desenvolvimento Humano no Brasil e as transformações ambientais em escala doméstica e global. O Diálogo propõe uma abordagem integrada das múltiplas dimensões nas quais tais transformações se manifestam, enfatizando aquelas que afetam o Desenvolvimento Humano, notadamente a saúde, as condições alimentares, a habitação e as oportunidades de geração de emprego e renda, entre outras.

Tendo como base documentos de referências internacionais e nacionais, como o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2020, publicado pelo PNUD, “A próxima fronteira: O desenvolvimento humano e o Antropoceno”, a publicação do IBGE de 2025 “Reflexões sobre a Agenda 2030 – 10 Anos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” e o “Estudo Estratégico dos Impactos Econômicos da

Mudança do Clima no Brasil – Estratégia Brasil 2050” produzido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o diálogo busca apreender e relacionar as questões ambientais com as possibilidades de um novo ciclo de desenvolvimento – ancorado em premissas sustentáveis sob a ótica do financiamento, do investimento e da produção – capaz de alicerçar uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Nesse cenário, é vital observarmos a interação entre as causas e/ou desdobramentos das mudanças climáticas que coexistem e, simultaneamente, impõem desafios distintos ao seu enfrentamento, ampliando a desigualdade e dificultando a promoção do Desenvolvimento Humano. A leitura desse cenário parte do entendimento, amplamente reconhecido pela comunidade científica, de que o Planeta Terra ingressou em uma nova era geológica, o Antropoceno, caracterizada pela ação do ser humano, cuja intensidade é tamanha que passou a influenciar o clima e a alterar a estrutura do Planeta. A pressão sobre o planeta também espelha a pressão que as sociedades enfrentam diante dos desafios contemporâneos.

Diante dessa conjuntura, as publicações nacionais apresentam reflexões sobre os caminhos que estão sendo trilhados para atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em suas múltiplas análises. A partir das lições aprendidas e dos desafios que persistem, os dados demonstram a necessidade de focar em novas análises que sejam capazes de jogar luz às populações vulneráveis e propiciar um desenvolvimento sem deixar ninguém para trás.

Nesse contexto, o 5º Diálogo Nacional para o Desenvolvimento propõe a realização de um debate estruturado, moderado e objeto de relatoria técnica, reunindo instituições, especialistas e representantes de distintos segmentos da sociedade relacionados à temática proposta. A discussão será orientada por documentos e exposições com o propósito de fomentar uma reflexão qualificada sobre as transformações ambientais que afetam o Brasil e contribuir para o debate sobre diretrizes para políticas públicas que sejam estratégicas na promoção de um desenvolvimento humano mais inclusivo e igualitário.